

**XV Congresso  
Fluminense  
de Iniciação  
Científica e Tecnológica**

**28º**

Encontro de  
Iniciação  
Científica  
da UENF

**20º**

Circuito de  
Iniciação  
Científica do  
IFFluminense

**16ª**

Jornada de  
Iniciação  
Científica  
da UFF



**UIII Congresso  
Fluminense de  
Pós-Graduação**

**23ª**

Mostra de  
Pós-Graduação  
da UENF

**8ª**

Mostra de  
Pós-Graduação  
do IFFluminense

**8ª**

Mostra de  
Pós-Graduação  
da UFF

## **A atualização da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva Inclusiva: entre disputas e consensos**

*Luana Leal Ribeiro, Renata Maldonado da Silva*

As políticas educacionais inclusivas foram desenvolvidas no Brasil sob a influência de orientações das Organizações Multilaterais internacionais que, sobretudo a partir de meados da década de 1970, promoveram o discurso de que o investimento em educação e a inserção de sujeitos historicamente “excluídos” nos sistemas educacionais seriam imprescindíveis no combate à “exclusão social”. Em função disso, no Brasil, tal discurso foi fortemente difundido em documentos oficiais nacionais, especialmente no contexto social-liberal a partir dos governos do Partido dos Trabalhadores – PT (2003-2016). Nesse contexto, apesar do discurso sobre a ampliação do papel do Estado na proposição e implementação de políticas sociais, percebe-se o incentivo à oferta de serviços educacionais direcionados aos alunos público-alvo da educação especial por instituições privado-assistenciais, a partir da delimitação de convênios e parcerias com o setor estatal. Porém, com base na análise do discurso estabelecido na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPI, publicada no ano de 2008, verificou-se a tentativa de descontinuar, ainda que parcialmente, as parcerias com os setores privados sob o argumento da necessidade do estabelecimento de sistemas educacionais inclusivos. Entretanto, a partir do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, com o fim da era PT, as políticas educacionais brasileiras passaram por uma série de reformas, sendo perceptível a intensificação da proposta de retração da atuação do Estado no campo educacional, em todas as modalidades de ensino e, sobretudo, na educação especial, evidenciando o aprofundamento da lógica privatista na educação brasileira. Neste campo, iniciou-se em 2017, uma série de discussões com o objetivo de promover a atualização da PNEEPI, que estabelecia como possibilidades de serviços educacionais, classes e escolas especiais, historicamente gerenciadas por instituições privado-assistenciais no país, culminando no ano de 2020, na publicação do Decreto 10.502/20 como resultado desse processo, revogado no dia 01 de janeiro de 2023 pelo atual presidente da república. Nesse cenário, a presente pesquisa buscou analisar o processo de atualização da PNEEPI buscando evidenciar os projetos em disputa para a modalidade. Para alcance desse objetivo, foram realizadas revisões de literatura e análise documental sob o enfoque teórico-metodológico do materialismo histórico-dialético. As conclusões provisórias constataram duas correlações de força nesse processo, que defendem distintos projetos de Estado e de sociedade: de um lado, os defensores da manutenção de espaços segregados e das parcerias público-privadas e, de outro, os que defendem a proposta inclusiva e a permanência dos alunos público-alvo da educação especial nas escolas regulares.

*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)*

*Fomento da bolsa: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)*

ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO:



APOIO:



**XU** Congresso  
Fluminense  
de Iniciação  
Científica e Tecnológica

**28<sup>o</sup>**  
Encontro de  
Iniciação  
Científica  
da UENF

**20<sup>o</sup>**  
Circuito de  
Iniciação  
Científica do  
IFFluminense

**16<sup>a</sup>**  
Jornada de  
Iniciação  
Científica  
da UFF



**U III** Congresso  
Fluminense de  
Pós-Graduação

**23<sup>a</sup>**  
Mostra de  
Pós-Graduação  
da UENF

**8<sup>a</sup>**  
Mostra de  
Pós-Graduação  
do IFFluminense

**8<sup>a</sup>**  
Mostra de  
Pós-Graduação  
da UFF

## Updating the National Policy on Special Education from an Inclusive perspective: between disputes and consensus

*Luana Leal Ribeiro, Renata Maldonado da Silva*

Inclusive educational policies were developed in Brazil under the influence of guidelines from international Multilateral Organizations that, especially from the mid-1970s, promoted the discourse that investment in education and the insertion of historically “excluded” subjects in educational systems would be essential in the fight against “social exclusion”. As a result, in Brazil, such discourse was strongly disseminated in official national documents, especially in the social-liberal context from the Workers' Party governments - PT (2003-2016). In this context, despite the discourse on expanding the role of the State in proposing and implementing social policies, one can see the incentive to offer educational services aimed at students who are the target audience of special education by private-assistance institutions, based on the delimitation of agreements and partnerships with the state sector. However, based on the analysis of the discourse established in the National Policy on Special Education in the Perspective of Inclusive Education - PNEEPEI, published in 2008, there was an attempt to discontinue, even partially, partnerships with the private sectors under the argument the need to establish inclusive educational systems. However, since the impeachment process of President Dilma Rousseff, with the end of the PT era, Brazilian educational policies have undergone a series of reforms, with a perceptible intensification of the proposed retraction of State action in the educational field, in all areas. teaching modalities and, above all, in special education, evidencing the deepening of the privatist logic in Brazilian education. In this field, a series of discussions began in 2017 with the aim of promoting the updating of the PNEEPEI, which established as possibilities for educational services, classes and special schools, historically managed by private-assistance institutions in the country, culminating in the year 2020, in the publication of Decree 10.502/20 as a result of this process, revoked on January 1, 2023 by the current president of the republic. In this scenario, the present research sought to analyze the process of updating the PNEEPEI, seeking to highlight the projects in dispute for the modality. To achieve this objective, literature reviews and document analysis were carried out under the theoretical-methodological approach of historical-dialectical materialism. The provisional conclusions found two correlations of strength in this process, which defend different projects of State and society: on the one hand, the defenders of the maintenance of segregated spaces and public-private partnerships and, on the other, those who defend the inclusive and the permanence of special education target audience students in regular schools.

ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO:



APOIO:

